

BUSCANCO MELHORIAS

AL-MT e Governo de MT fortalecem parceria para um novo ciclo de desenvolvimento

Infraestrutura, assistência social e desenvolvimento econômico marcam a cooperação entre Assembleia e Executivo estadual.

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) e o Governo do Estado consolidam uma parceria estratégica que marca um novo capítulo na gestão pública estadual. Sob a coordenação do presidente da ALMT, Max Russi, e do 1º secretário, Dr. João, o Legislativo estreita a cooperação com o governador Mauro Mendes e a primeira-dama Virginia Mendes, transformando articulação política em resultados concretos para a população.



Foto Divulgação

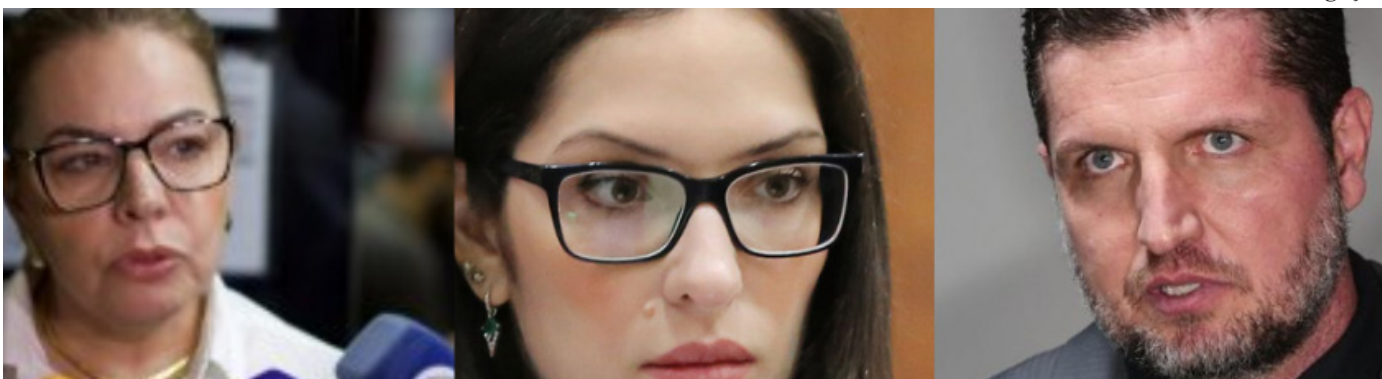
pág.04

NOVA SEDE DO LACEN

PL e aliados avaliam futuro político com foco em Janaina Riva

Vereador Rafael Ranalli e presidente Paula Calil comentam estratégias e alinhamentos políticos em torno da deputada estadual.

Foto Divulgação



pág.05

JULGAMENTO PRECIPITADO

Cattani afirma que o país vive um momento crítico e defende imunidade parlamentar e anistia a Bolsonaro

CHARGE DA SEMANA



RETROCESSO E PRERROGATIVAS

Deputados estaduais de MT repercutem aprovação da PEC da Blindagem

Aprovada pela Câmara dos Deputados, a chamada PEC da Blindagem dividiu opiniões na ALMT

Foto Divulgação



pág.07

EDITORIAL- 1143

Denunciar é proteger: a importância de combater a violência contra a mulher

A violência contra a mulher é uma chaga social que atravessa gerações, manifestando-se de formas física, psicológica, sexual e até econômica. No Brasil, os números de feminicídio e agressões seguem alarmantes, evidenciando que, apesar das leis e políticas públicas existentes, a cultura de desigualdade e violência de gênero ainda persiste. Denunciar é o primeiro passo para interromper esse ciclo de violência. Muitas mulheres permanecem em situação de risco por medo, vergonha ou falta de conhecimento sobre os canais de apoio. A Lei Maria da Penha criou mecanismos de proteção, mas eles só funcionam se houver coragem de buscar ajuda. Ao denunciar, a vítima não apenas busca proteção, mas também contribui para que o agressor seja responsabilizado, evitando que novos crimes sejam cometidos. Além do impacto direto na vida das mulheres, a denúncia fortalece a sociedade como um todo.

Ela permite que órgãos públicos, como a polícia, o Ministério Público e os serviços de assistência social, identifiquem padrões de violência, desenvolvam políticas efetivas e intervenham de forma preventiva. Denunciar é, portanto, um ato de cidadania e solidariedade. É fundamental que familiares, amigos e vizinhos também atuem como rede de apoio, encorajando as vítimas a buscar ajuda e orientando sobre os canais disponíveis. Plataformas como o Disque 180, delegacias especializadas e centros de referência de atendimento à mulher oferecem orientação, acolhimento e proteção. Não há justificativa para silenciar frente à violência. Cada denúncia é um passo em direção a uma sociedade mais justa, igualitária e segura. Combater a violência contra a mulher é dever de todos — do poder público, da sociedade e de cada indivíduo. Denunciar não é apenas um ato de coragem, é um compromisso com a vida e com a dignidade de todas as mulheres.

CHARGE | PL AVALIA FUTURO DE JANAINA RIVA



OPINIÃO | Valter Casarin é coordenador geral e científico da NPV

Quem são os verdadeiros vendedores de saúde?

Foto Divulgação

Qual é a visão que a sociedade tem dos vendedores de adubos? Eles são atores essenciais na agricultura e na jardinagem, frequentemente vistos como consultores técnicos e fornecedores de produtos essenciais para o crescimento das plantas e a fertilidade do solo. Mas, essa percepção pode variar: alguns os veem como parceiros técnicos confiáveis, enquanto outros podem considerá-los mais como um comerciante, vendedores de produtos que podem fazer mal à saúde.

Na realidade, o vendedor de adubos está em contato direto com agricultores, aconselhando-os sobre a seleção e o uso adequado dos produtos para otimizar a produtividade e a saúde das culturas.

E é exatamente isso que eles são, um elo vital na cadeia de suprimentos, fornecendo às plantas os nutrientes necessários para o crescimento e a fertilidade do solo. Os clientes podem ver o vendedor como um parceiro que os ajuda a entender as necessidades do seu

solo e a escolher os adubos mais eficazes, especialmente se oferecerem soluções personalizadas para a sua situação específica. A imagem também pode ser reduzida à de um simples comerciante, especialmente quando o vendedor é percebido como focado em produtos químicos e não em soluções sustentáveis.

Se o vendedor promover fertilizantes orgânicos ou soluções ecológicas, poderá ser percebido positivamente como um agente ativo no desenvolvimento sustentável e na saúde do solo. Fertilizantes orgânicos e ecológicos estão cada vez mais populares, e os vendedores que os oferecem podem melhorar sua imagem.

Em resumo, o vendedor de adubos não ajuda somente a nutrição e a saúde das plantas, mas ele é vendedor de saúde humana, pois os nutrientes contidos no adubo irão fertilizar o solo, o qual irá nutrir as plantas para gerar a produção de alimentos que chegam à nossa mesa, gerando o café da manhã e nossas refeições.

Cada alimento que chega à mesa traz junto os nutrientes necessários para compor nossa saúde, permitindo o aumento do nosso estado imunológico.

Além da nossa saúde, os adubos são responsáveis por manter o solo fértil e permitir a manutenção de seu poder produtivo, evitando a necessidade de abrir novas áreas, ou seja, derrubar florestas.

Isso significa que enquanto estivermos usando os adubos de forma eficiente e balanceada, estaremos protegendo o nosso ambiente. Assim, quanto mais alimentos tirarmos da mesma área, menos árvores vamos retirar da natureza.

A visão de uma indústria de adubos ou de um vendedor de adubos é distorcida, pois, tanto a indústria, quanto o vendedor, levam a saúde até os nossos pratos, mas além disso, estão respeitando o meio ambiente, fazendo com que a produção de alimentos, fibras e energia sejam feitas de forma sustentável, com grande respeito a sua saúde e ao seu bem-estar.



Valter Casarin, coordenador geral e científico da Nutrientes Para a Vida é graduado em Agronomia pela Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias/UNESP, Jaboticabal, em 1986 e em Engenharia Florestal pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"/USP, Piracicaba, em 1994. Concluiu o mestrado em Solos e Nutrição de Plantas, em 1994, na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Recebeu o título de Doutor em Ciência do Solo pela École Supérieure Agronomique de Montpellier, França, em 1999. Atualmente é professor do Programa SolloAgro, ESALQ/USP e Sócio-Diretor da Fertilidade Consultoria Agronômica.

EXPEDIENTE

copopular.com.br

DIRETOR Maykon Milas
DEPTO COMERCIAL (65) 3052-6030 ou 3052-6031

FOTOS Assessoria e divulgação

EDITOR DE ARTE CO Popular

PAUTA redacaocopopular1@gmail.com
 admcopopular1@gmail.com

CIRCULAÇÃO
 Cuiabá, Várzea Grande e baixada

 Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487
 Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articuladores são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Não representam assim a opinião do Jornal.

WILSON SANTOS | Deputado Estadual de Mato Grosso

“O Estado precisa escolher: rodovias ou moradia”

O presidente da Casa de Leis, afirma seu compromisso com a sociedade cuiabana e destaca confiar na palavra do Governador sobre a situação da Santa Casa

Foto Divulgação

O debate sobre moradia popular voltou ao centro das atenções na Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Em entrevista ao Centro Oeste Popular, o deputado estadual Wilson Santos (PSD) defendeu um novo projeto que autoriza o governo estadual a desapropriar três áreas em Cuiabá, somando cerca de 170 hectares, para a criação de loteamentos populares. Com longa trajetória ligada à pauta da habitação, o parlamentar relembrou sua atuação nos anos 1990, quando apresentou o projeto que deu origem ao bairro 1º de Março, em Nova Conquista, sancionado à época pelo então governador Jaime Campos.

Durante a conversa, Wilson Santos também comentou a polêmica sobre a suposta presença de organizações criminosas em áreas de ocupação, rebatendo relatório da Secretaria de Estado que limita o número de famílias aptas a receber apoio habitacional e criticou a falta de destinação de recursos do FETAB para a habitação popular. Além disso, o deputado falou sobre seu projeto que busca encerrar definitivamente o convênio do governo com a Capital Consig, tema que tem gerado debate dentro e fora do parlamento.

“O que falta é isso: postura firme, coragem para usar a caneta poderosa da desapropriação”

Ana Carolina Guerra
da Redação

Centro Oeste Popular – O senhor mencionou que o governo pretende desapropriar áreas do bairro Primeiro de Março. Como surgiu a ideia do projeto que resultou na criação do bairro 1º de Março em Nova Conquista, e o que o motivou a apresentar agora um novo projeto de desapropriação dessas três áreas?

Wilson Santos – Esse trabalho resultou na criação do bairro 1º de Março, em Nova Conquista. Na época, o então governador Jaime Campos prontamente sancionou o projeto, acionou a empresa responsável, adquiriu a área e deu início à formação do bairro. Agora, trago a este plenário um novo projeto autorizado ao Poder Executivo Estadual, propondo a desapropriação de três áreas que somam aproximadamente 170 hectares. Espero, sinceramente, que o atual governo tenha a mesma sensibilidade e visão que o ex-governador Jaime Campos demonstrou em 1991, quando apresentei aquele primeiro projeto.

Centro Oeste Popular – Recentemente o valor foi avaliado em R\$ 18 milhões. Essa informação vem da análise do governo?

Wilson Santos – Esse valor quem comentou comigo foi o prefeito Abílio, mas o valor ainda não foi definido. O governo vai fazer o levantamento com as imobiliárias e vai pagar o preço de mercado, que é justo e correto. Estou procurando os colegas deputados Eliseu Nascimento, Eduardo Botelho, Paulo Araújo e os demais que atuam aqui em Cuiabá, para que possamos ajudar a chegar pelo menos a 50% desse montante. Falei também com o senador Jaime Campos, que se colocou à disposição para nos ajudar com emendas para adquirir a área.

Centro Oeste Popular – O prefeito comentou que toda invasão possui um político envolvido. De que forma o senhor pensa sobre essa declaração? Isso não seria caso de política de habitação?

Wilson Santos – É verdade: há, sim, político envolvido, mas é o político que tem sensibilidade. Estive em mais de 30 ocupações e estarei em muitas outras. Isso é motivo de orgulho para mim, faz parte da minha biografia. Aprendi com grandes líderes como Dante de Oliveira e Gilson de Barros a defender os pobres, os pequenos, e não só em época de eleição, para fazer média. Tenho orgulho de dizer que ajudei a fundar quase 30 bairros em Cuiabá. Sofri, apanhei, tenho marcas no meu corpo por isso e, mesmo assim, continuo ao lado do povo mais humilde. Difícil mesmo é lidar com quem promete tudo durante a campanha e, depois de eleito, muda o discurso. O que defendemos é uma política pública consistente. Hoje, coordeno a Câmara Setorial Temática de Moradia Popular e, no passado, apresentei uma emenda ao orçamento destinando R\$ 100 milhões para loteamentos populares, justamente para evitar novas ocupações. Mas o que aconteceu? A Assembleia reprovou a emenda. Não deixaram passar. E eu pergunto: cadê o dinheiro do FETAB para habitação? O Estado precisa, sim, de rodovias, são importantes e necessárias, merecem aplausos. Mas e a moradia? Quando o Dante criou o FETAB, 30% dos recursos eram destinados à habitação popular. Isso não pode ser esquecido.

Centro Oeste Popular – Deputado, um dos principais questionamentos em relação a essas ocupações é a possível presença de organizações criminosas nesses locais. Como o senhor enxerga essa situação?

Wilson Santos – Olha, organização criminosas existe em todos os lugares. Tem na polícia, na Assembleia, na Câmara, em qualquer setor da sociedade. Agora, se houver envolvimento de criminosos em alguma ocupação, isso é papel da Justiça e da polícia identi-



car e agir.

O que não dá é usar essa justificativa para penalizar o pobre que precisa de um lugar para morar. Vamos parar com essa conversa vazia. Se há criminosos infiltrados, que sejam localizados, identificados e retirados do processo. E quem afirma que há crime tem a obrigação de apontar nomes. Cadê os criminosos? Quem são? Com toda a estrutura pública disponível, com milhares de servidores à disposição, o mínimo que se espera é que se investigue e entregue esses casos à polícia. Agora, generalizar e usar isso como desculpa para negar o direito à moradia é, no mínimo, covarde.

Centro Oeste Popular – Deputado, o relatório da Secretaria afirma que grande parte das pessoas nas ocupações não necessitaria desse tipo de política assistencial, indicando que apenas 200 famílias deveriam ser incluídas no programa. Qual a sua opinião sobre a veracidade desse relatório?

Wilson Santos – Olha, não conheço esse relatório. Pelo que ouvi, houve confusão em relação aos critérios, por exemplo, a proibição para quem tem CNPJ. Hoje, muitos trabalhadores informais, como pedreiros, serventes e carpinteiros, precisam obrigatoriamente ter CNPJ, pois são microempreendedores individuais (MEI). Não é algo tão simples assim. Vocês estão falando com alguém que tem 40 anos de experiência nessa área. Estive presente na fundação de bairros como Barbado, Barbadinho, Canjica, Vitória, Florianópolis, 1º de Março, Doutor Fábio Alves da Serra, Santa Laura, Jardim Liberdade e conheço profundamente essa pauta. O governo precisa dialogar com quem realmente entende do assunto. É possível diminuir essa pressão, desde que os governos municipal, estadual e federal adotem políticas públicas claras em favor dos pobres e da moradia. Vivemos em um Estado rico, mas injusto. Enquanto milhares de hectares de terra são cultivados todos os anos, o que é positivo, milhares de famílias não têm sequer um lote de 10

por 20 metros para morar.

Centro Oeste Popular – Considerando que esse relatório da Secretaria do Estado não chegou até vocês, qual o senhor acredita ser a intenção do governo ao divulgar um documento como esse? Para que serviriam essas informações?

Wilson Santos – Não conheço esse relatório. Já disse ao prefeito Abílio para sair dessa comissão e levar essa questão diretamente para o município, como fiz no meu tempo, quando não existia esse problema, e como Dante fazia. Ele tem a caneta poderosa para desapropriar. Desaproprie a área, pague uma parte e negocie com o proprietário, como Roberto França fez na área do Altos da Serra. Fomos ao França e ele imediatamente desapropriou 202 hectares, chamou o proprietário, pagou em 20 parcelas e, desde então, nunca mais houve problema.

Centro Oeste Popular – Em relação aos empréstimos consignados, seu projeto é mais abrangente do que o decreto do governo que limita os consignados suspeitos a 90 dias, especialmente em relação à Capital Consig? Ou seja, o senhor não poderá contratar por um tempo indeterminado, ou isso representa o fim definitivo da parceria entre o governo e a Capital? Considerando que o projeto vem com parecer negativo, ainda há possibilidade de reverter essa situação?

Wilson Santos – Meu projeto é mais amplo, pois anula o convênio 030 de 2022, fazendo com que ele deixe de produzir qualquer efeito. Portanto, sim, é o fim dessa parceria. Uma vez aprovado aqui, será um decreto legislativo que extingue definitivamente o convênio firmado em 2022 entre a CEPLAG e a Capital Consig. Com isso, a relação chega ao fim. Quanto à possibilidade de reverter, vamos tentar e espero que sim.



E quem afirma que há crime tem a obrigação de apontar nomes. Cadê os criminosos?



BUSCANCO MELHORIAS | Lucas Leite

Assembleia Legislativa e Governo de MT fortalecem parceria para um novo ciclo de desenvolvimento

Infraestrutura, assistência social e desenvolvimento econômico marcam a cooperação entre Assembleia e Executivo estadual.

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) e o Governo do Estado consolidam uma parceria estratégica que marca um novo capítulo na gestão pública estadual. Sob a coordenação do presidente da ALMT, Max Russi, e do 1º secretário, Dr. João, o Legislativo estreita a cooperação com o governador Mauro Mendes e a primeira-dama Virginia Mendes, transformando articulação política em resultados concretos para a população. Essa integração promove planejamento conjunto, integração de políticas públicas e execução eficiente de projetos prioritários, mostrando que o alinhamento institucional é essencial para enfrentar os desafios do Estado e converter investimentos em impactos reais para a sociedade. Entre as prioridades da parceria está a recuperação e ampliação da malha rodoviária estadual.

A modernização e manutenção das estradas garantem maior segurança, agilidade

no transporte de pessoas e produtos, além de fortalecer a economia local e regional. O acesso facilitado a regiões mais distantes também permite que serviços essenciais cheguem de maneira mais rápida e eficiente à população. A atuação conjunta não se limita às estradas. O trabalho integrado tem permitido planejamento urbano e regional mais estruturado, com atenção especial a projetos que promovem desenvolvimento econômico, conectividade e integração das cidades mato-grossenses. Na área social, a parceria é determinante no combate à fome e à vulnerabilidade.

A coordenação entre poderes garante que programas estratégicos alcancem efetivamente as famílias que mais necessitam, fortalecendo iniciativas de assistência social e promovendo inclusão. A aplicação eficiente de recursos contribui para reduzir desigualdades e ampliar oportunidades em todo o Estado.

O impacto positivo da ar-

ticulação também se reflete na transparência e eficiência da gestão pública. Políticas estruturadas e monitoradas de forma integrada reduzem desperdícios e aumentam a capacidade de resposta a situações de emergência, crises sociais e demandas da população. A parceria ainda fortalece programas de incentivo à produção e à agricultura familiar, garantindo acesso a infraestrutura, logística e políticas de apoio que ampliem competitividade e sustentabilidade.

Essa atuação conjunta contribui para o crescimento econômico de Mato Grosso e para a geração de empregos. Outro ponto relevante é a capilaridade das ações, que permite que os benefícios alcancem não apenas a capital, mas também municípios do interior, levando desenvolvimento, qualidade de vida e oportunidades para regiões historicamente mais isoladas. Com essa união de esforços, a Assembleia Legislativa



Foto Divulgação

e o Governo demonstram que a sintonia entre poderes transforma planejamento em execução, políticas em resultados e estratégias em benefícios concretos. Mato Grosso avança rumo a um futuro mais desenvolvi-

do, seguro e inclusivo, com infraestrutura moderna, programas sociais efetivos e cidadania garantida. A parceria institucional evidencia que o diálogo, a cooperação e a gestão eficiente são fundamentais para

construir um Estado sólido, capaz de atender às demandas atuais e preparar Mato Grosso para os desafios do futuro, consolidando um projeto de desenvolvimento sustentável, inclusivo e transformador.

ESTACIONAMENTO ROTATIVO | Maria Cardoso Da Redação

“A decisão é da prefeitura, não da Câmara”, diz Ranalli sobre contrato da CS Mobi

Mesmo aliado do prefeito Abílio, parlamentar admite divergências, critica contratos onerosos e aponta soluções práticas para a educação municipal.

O vereador Rafael Ranalli (PL) voltou a se destacar nos debates políticos da capital recentemente, ao abordar temas espinhosos como a CPI da CS Mobi, as articulações partidárias para as eleições de 2026 e seu projeto de contratação de vagas em escolas privadas como alternativa à falta de estrutura na rede pública. Embora reforce sua posição como aliado do prefeito Abílio Brunini (PL), Ranalli não poupou críticas à condução de determinadas pautas pela gestão municipal e afirmou que o foco deve permanecer nos princípios ideológicos da direita. Um dos temas centrais foi a CPI da CS Mobi, que investiga o contrato da prefeitura com a empresa responsável pelo estacionamento rotativo no centro da capital e pelas obras do novo Mercado Municipal.

Ranalli garantiu que o relatório final da comissão será apresentado até o final de setembro e que não haverá prorrogação dos trabalhos. Entre os principais pontos apurados estão: a existência de fiscais do contrato que desconheciam sua nomeação; pareceres jurídicos contrários à liberação de recursos do fundo; falta de transparência sobre os valores pagos; e indícios de improbidade administrativa que culminaram no indiciamento do ex-prefeito Emanuel Pinheiro.

Mesmo diante das críticas do prefeito Abílio Brunini (PL) à CPI — que, em entrevista recente, disse ter uma “sensação meio estranha” sobre o andamento da investigação —, o chefe do Executivo afirmou acreditar que ainda há muitos pontos a serem apurados. Segundo ele, embora a CPI seja composta por vereadores como Rafael Ranalli, presidente e autor da criação da comissão, Dilemário Alencar, relator, e Maysa Leão, há um desejo de alguns membros de encerrar as investigações, o que considera prematuro. Abílio sugeriu que, em vez de apressar o fim, a comissão deveria aprofundar as apurações. Ranalli, por sua vez, defendeu a independência do Legislativo e afirmou que a Câmara não pode assumir responsabilidades que são da prefeitura.

“A prefeitura acha ruim? Então sente com a empresa e rescinda o contrato. Eu até empresto a caneta. O contrato é legal, mas é muito oneroso. A decisão é da prefeitura, não da Câmara”, disparou. O vereador também alertou para o risco de paralisação das obras do novo mercado caso o contrato seja rescindido sem planejamento. Segundo ele, a multa contratual pode chegar a R\$ 140 milhões, o que poderia transformar o projeto em mais um “elefante branco” na cidade.

Na área da educação, Ranalli apresentou um projeto de lei que propõe a contratação de vagas remanescentes em escolas privadas para atender à demanda não suprida pela rede municipal.

A proposta, considerada polêmica, foi defendida por ele como uma solução prática, econômica e eficiente para o problema crônico da falta de vagas. “É mais barato do que construir uma escola. A estrutura já está pronta. Você estimula o setor privado, evita gastos com obras e evita superfaturamento, inclusive com merenda”, argumentou. Segundo o vereador, a prioridade seria dada a alunos em situação de vulnerabilidade e com residência próxima às instituições de ensino. Ele também rebateu críticas sobre um possível enfraquecimento da educação pública. “Pelo contrário.

Isso é dividir responsabilidades com o setor privado. E pode acabar com a corrupção”, afirmou. Apesar de se manter na base aliada de Abílio, Ranalli admitiu divergências com o prefeito. Ele elogiou a escolha da primeira-dama e vereadora Samanta como vice-líder do governo na Câmara, afirmando que ela “deveria até ser a líder” por conhecer melhor o prefeito. No entanto, voltou a criticar a condução da gestão em temas como o contrato com a CS Mobi.



Foto Divulgação

CENÁRIO ELEITORAL | DA REDAÇÃO

PL e aliados avaliam futuro político com foco em Janaina Riva

Vereador Rafael Ranalli e presidente Paula Calil comentam estratégias e alinhamentos políticos em torno da deputada estadual.

Foto Divulgação



O cenário político de Mato Grosso começa a se movimentar com vistas às eleições de 2026, e nomes como a deputada estadual Janaina Riva, o senador Wellington Fagundes e o deputado federal José Medeiros ganham destaque nas articulações. Recentemente, o vereador Rafael Ranalli (PL) e a presidente da Câmara Municipal de Cuiabá, Paula Calil, comentaram sobre as possibilidades de alianças futuras e o papel estratégico de Janaina Riva nesse processo.

Para Ranalli, a presença de Janaina Riva no tabuleiro político seria um reforço de peso. Ele avaliou que a deputada poderia integrar um “time de votos” decisivo, embora o direcionamento do grupo esteja, neste momento, nas mãos de líderes como Wellington Fagundes e Valdemar Costa Neto, que influenciam escolhas estratégicas para governador e Senado. Ranalli acredita que o senador Fagundes tem potencial para se consolidar como o próximo governador do Estado, enquanto as decisões sobre filiações e alianças continuam sendo discutidas nos bastidores políticos. A presidente da Câmara, Paula Calil, complementa a análise ao destacar que as conversas sobre possíveis alianças já começaram, mas que ainda há muitos pontos a serem definidos. Ela observa que o deputado federal José Medeiros é o pré-candidato ao Senado pelo PL, enquanto a formação de alianças com o MDB, Republicanos ou até mesmo com o governador Mauro Mendes ainda precisa ser consolidada, principalmente a partir da abertura da janela partidária em 2026.

Paula enfatiza a relevância política de Janaina Riva, destacando seu capital eleitoral e a atuação consolidada como parlamentar. A presença dela no processo eleitoral é vista como estratégica, capaz de influenciar os rumos das composições partidárias e fortalecer a articulação entre PL, MDB e outras siglas.

Ao mesmo tempo, a gestora política observa que o prefeito Abílio Brunini e aliados do Republicanos já ocupam posições de destaque na administração municipal, compondo um cenário complexo de negociações e mediações.

O cenário que se desenha aponta para um equilíbrio entre capital político consolidado e articulação estratégica, onde Janaina Riva se mantém como uma figura central para futuras alianças. A deputada, com histórico de atuação relevante no Legislativo estadual, é considerada capaz de agregar força a coligações que busquem competitividade e coesão eleitoral. Segundo a avaliação de Paula Calil, as negociações ainda são dinâmicas e demandam diálogo contínuo entre os partidos. A expectativa é que o processo evolua gradualmente, garantindo que decisões sobre candidaturas e alianças sejam tomadas de forma estratégica e fundamentada, alinhando interesses regionais e nacionais.

Rafael Ranalli reforça a perspectiva de que, embora existam oportunidades para ampliação de apoio a Janaina Riva, as escolhas finais dependerão da articulação entre os principais líderes políticos do Estado, que devem definir os próximos passos para a governança e composição eleitoral.

A movimentação já evidencia que o cenário político em Mato Grosso para 2026 será marcado por negociações estratégicas, alianças multifacetadas e protagonismo de lideranças consolidadas, com a deputada Janaina Riva desempenhando papel central nas decisões futuras. Com essas articulações, o Estado se prepara para uma eleição marcada pela busca de consensos, fortalecimento de candidaturas competitivas e construção de alianças capazes de unir forças políticas em torno de projetos consistentes, que contemplem tanto a representação regional quanto a coesão partidária.

REFERÊNCIA EM CUIABÁ | ANA CAROLINA GUERRA DA REDAÇÃO

Com 17 anos de dedicação, empresário transforma sonho em marca de qualidade

Empresário começou consertando cadeiras em casa e hoje comanda uma empresa consolidada, referência em móveis corporativos de qualidade na capital



Aos 54 anos, o cuiabano de coração José Pereira da Silva carrega no currículo uma trajetória marcada por superação, trabalho árduo e espírito empreendedor. Nascido em Chapada dos Guimarães, ele iniciou no ramo de móveis há 17 anos, de maneira modesta, fabricando peças dentro da própria residência. O que começou com pequenos reparos em cadeiras evoluiu, ao longo dos anos, para uma empresa consolidada, especializada na produção de móveis corporativos sob medida: mesas, cadeiras, armários e poltronas para recepção, sempre com atenção à qualidade e ao acabamento diferenciado. “Apenas comecei. Não tinha muito plano, mas fui acreditando no trabalho. Hoje já atendi mais de 500 clientes, inclusive fora de Cuiabá”, lembra o empresário, orgulhoso da caminhada que o levou a transformar um ofício em fonte de crescimento pessoal e profissional. O segredo do sucesso, segundo José, está no compromisso com o cliente e na escolha rigorosa da matéria-prima. A Pereira Móveis trabalha com chapas de MDF e MDP de 25 milímetros, o que garante resistência, durabilidade e acabamento

de alto padrão. Essa qualidade tem impulsionado a procura por suas peças, em especial mesas e cadeiras, que se tornaram os campeões de venda entre empresas e profissionais que investem em conforto e estilo no ambiente de trabalho. Atualmente, a empresa conta com três funcionários fixos, além de colaboradores eventuais que auxiliam nos períodos de maior demanda. José faz questão de acompanhar de perto cada etapa da produção, desde a seleção dos materiais até a entrega final ao cliente. “É um ramo que exige correr atrás do cliente, mas tem saída. Quem trabalha com qualidade sempre encontra espaço no mercado”, reforça. Mais do que oferecer soluções em mobiliário, a Pereira Móveis representa a história de alguém que acreditou no próprio potencial e transformou uma ideia simples em um negócio sólido. Hoje, a marca é sinônimo de credibilidade, dedicação e confiança no segmento de móveis corporativos em Cuiabá. S e r v i ç o : Endereço: Avenida Gonçalo Antunes de Barros – 330 – Bosque da Saúde Contato: (65) 99238-4868

Canal 30.1 89,5 fm al.mt.gov.br FaceALMT assembleimt

Por dentro da emenda



UNIFORMES ESCOLARES

Recursos que melhoram a vida dos cidadãos.

"Graças a Deus e ao Mutirão, estamos todos enxergando muito bem aqui no Araguaia."

MUTIRÃO DE CIRURGIAS DE CATARATA
PONTAL DO ARAGUAIA/MT

DMD

A ALMT conhece a realidade dos municípios e trabalha para melhorar a vida das pessoas. Com as emendas parlamentares, os recursos são indicados pelos deputados e deputada, e executados pelos municípios e Governo do Estado, atendendo a população nas suas regiões. **É a Assembleia levando melhorias para as cidades com apenas 2% do orçamento do estado.**



ALMT
Assembleia Legislativa

Unindo vozes, fortalecendo cidades.

VAN PARA TRANSPORTAR PACIENTES

RETROCESSO E PRERROGATIVAS | Lucas Leite

Deputados estaduais de MT repercutem aprovação da PEC da Blindagem

Aprovada pela Câmara dos Deputados, a chamada PEC da Blindagem dividiu opiniões na ALMT

Foto Divulgação



A aprovação da chamada PEC da Blindagem pela Câmara dos Deputados, em Brasília, provocou forte repercussão no cenário político de Mato Grosso. A proposta, que altera as regras sobre a prisão de parlamentares federais, restringindo a possibilidade de prisão em flagrante apenas em casos de crimes inafiançáveis definidos pela Constituição, ainda será analisada pelo Senado Federal. No entanto, já causa polêmica entre os deputados estaduais, que divergem quanto ao impacto da medida sobre a democracia e a igualdade de direitos.

O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, deputado Max Russi (PSB), avaliou a PEC como um passo atrás nas conquistas democráticas. Para ele, a medida pode criar uma distorção entre os representantes eleitos e os cidadãos comuns. “Acho um pouco ruim. É um retrocesso. Se eu estivesse lá, eu votaria contra. Não consigo falar pelo Senado, é difícil dar um parâmetro, mas acredito que ainda existe

a possibilidade de não vigorar essa PEC”, disse Russi. Sua fala traduz a preocupação de parte da classe política que vê na proposta uma tentativa de blindar parlamentares de investigações e punições, o que poderia ampliar a sensação de impunidade perante a população. Ainda mais contundente foi a reação do deputado Wilson Santos (PSD), que classificou a PEC como uma “vergonha nacional”. Em tom inflamado, ele defendeu que políticos não devem estar acima da lei e que qualquer tipo de privilégio fere o princípio da igualdade.

“A PEC da Blindagem é uma vergonha. Não podemos construir castas intocáveis. O político vem do meio do povo e tem que estar no mesmo nível do povo, ser julgado pelas mesmas leis. Durante séculos, a sociedade lutou para derrubar o império das famílias e para que o império fosse das leis. Ninguém pode estar acima da lei. Qualquer político tem que estar subordinado à legislação que o mais modesto cidadão estiver.

Isso é sem-vergonhice”, disparou. A fala de Santos ecoa críticas que já vêm sendo feitas em diferentes setores da sociedade civil, especialmente por juristas, entidades de combate à corrupção e movimentos sociais, que enxergam na PEC um retrocesso institucional. Na contramão, o deputado Gilberto Cattani (PL) saiu em defesa da proposta. Para ele, a PEC representa uma resposta necessária ao que considera abusos cometidos contra parlamentares no Brasil. O deputado citou casos de políticos que, segundo ele, teriam sido presos e condenados de forma injusta, sem pleno direito de defesa.

“Eu acho que é necessário, no momento que nós estamos vivendo, que se faça alguma coisa para garantir a prerrogativa do parlamentar. Nós temos deputados que foram julgados e condenados, estão na cadeia, apodrecendo, sem terem cometido crime ou sem ao menos se manifestar. A Constituição nos garante o direito à manifestação, mas isso não está sendo respeitado.

Se eu estivesse lá, eu votaria a favor. O que pega mal no nosso país é julgar um deputado sem passar pelo devido processo legal”, afirmou. Cattani defende que a imunidade parlamentar não pode ser confundida com impunidade, mas sim entendida como instrumento para preservar a independência do mandato e a livre manifestação de ideias. Debate nacional e reflexos em Mato Grosso

A PEC da Blindagem foi aprovada pela Câmara em meio a um contexto de tensão entre os Poderes Legislativo e Judiciário. Parlamentares favoráveis alegam que a medida fortalece a autonomia do Congresso e protege a atividade política contra supostos excessos judiciais.

Já os críticos apontam que a proposta cria privilégios e amplia a distância entre representantes e representados, em um momento em que a sociedade cobra mais transparência e igualdade de tratamento. Em Mato Grosso, o debate se insere em um cenário político já mar-

cado por embates sobre a relação entre poderes e pelo histórico de investigações envolvendo figuras públicas. As falas dos deputados estaduais evidenciam como o tema extrapola o Congresso Nacional e repercute também nas assembleias legislativas, onde se refletem as preocupações e os posicionamentos ideológicos locais.

O que esperar do Senado A expectativa agora é sobre o andamento da PEC no Senado Federal, onde a proposta deverá enfrentar forte resistência. Lideranças partidárias já sinalizam que o texto pode ser alterado ou até mesmo rejeitado, diante da pressão popular e das críticas de setores jurídicos e políticos. Enquanto isso, em Mato Grosso, os posicionamentos dos deputados estaduais ajudam a dar o tom de como a sociedade local também enxerga a questão: dividida entre aqueles que clamam por igualdade absoluta perante a lei e os que defendem mecanismos de proteção ao exercício parlamentar.

Popular

ANUNCIE NO COPOPULAR

EM CUIABÁ

1.000.000

DE ACESSOS /mensal

WWW.COPOPULAR.COM.BR

IRREGULARIDADES | Ana Carolina Guerra da Redação

Max Russi destaca a importância do direito do consumidor e afirma que companhia de energia precisa ser responsabilizada

O presidente da Casa de Leis, afirma seu compromisso com a sociedade cuiabana e destaca confiar na palavra do Governador sobre a situação da Santa Casa

Foto Divulgação

O deputado estadual Max Russi (PSB) mantém protagonismo na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) ao assumir frentes de atuação que envolvem tanto a fiscalização de serviços essenciais quanto o acompanhamento de políticas públicas de saúde. Entre os temas mais recentes que mobilizaram sua atuação estão o processo envolvendo a concessionária Energisa, os embates institucionais com o Supremo Tribunal Federal (STF) e a articulação para garantir a continuidade dos serviços da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá. No setor energético, Russi tem reforçado a necessidade de debates aprofundados sobre a atuação da concessionária Energisa, responsável pelo fornecimento de energia em Mato Grosso. Segundo o deputado, a qualidade do serviço impacta diretamente a vida da população e a atração de investimentos para o Estado. “Muitas vezes, a sociedade não consegue receber empresas ou realizar novos investimentos por falta de energia. Por isso, precisamos debater essa questão, especialmente neste momento de renovação da concessão. Esta é a Casa do Povo Mato-Grossense, é aqui que recebemos as cobranças da população. Se cruzarmos os braços e deixarmos para Brasília resolver, não estaremos cumprindo nossa obrigação. Quando vamos ao interior, os prefeitos rela-

tam que não conseguem atrair indústrias devido à qualidade da energia, que danifica equipamentos. A Assembleia tem a responsabilidade de participar desse debate, seja por meio de audiências ou de uma comissão. Estivemos em Brasília, colocando nossas dúvidas, cobrando respostas, e vamos propor uma CPI para investigar a questão de forma aprofundada”, afirmou Max Russi, destacando que a população deve ser beneficiada nos parâmetros da renovação, e não apenas a empresa, e que o Legislativo estadual tem obrigação de responder às demandas dos cidadãos. Apesar de existirem instâncias federais, o parlamentar afirma que a ALMT é o local onde os cidadãos registram suas reclamações e esperam respostas efetivas. A atuação do parlamentar junto à Energisa ganhou contornos de queda de braço com o STF, após a intervenção do tribunal em decisões da Assembleia relacionadas às investigações da concessionária. O deputado tem defendido a autonomia da ALMT, argumentando que é competência do Legislativo estadual fiscalizar serviços essenciais e que qualquer interferência externa deve respeitar a soberania da Casa. “Mesmo diante de decisões federais, a Assembleia precisa manter sua capacidade de decisão e responder à população mato-grossense”, destacou.

Russi também se manifestou sobre a série de irregularidades denunciadas contra a Energisa, incluindo cabos mal instalados que provocaram curto-circuitos e explosões. Ele enfatizou que a fiscalização específica é dever das prefeituras, mas que a Assembleia acompanha a questão de forma estratégica, inclusive estudando a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para aprofundar as investigações. Paralelamente, Max Russi tem se posicionado em relação à Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, hospital de referência para procedimentos de alta complexidade.

O deputado destaca que o fechamento da unidade não é aceitável e que é papel do Executivo estadual garantir uma solução efetiva. “Não se trata de funcionar exatamente como a Santa Casa, mas sim de garantir uma estrutura de saúde eficiente em um prédio histórico e importante, que já presta atendimento. A solução precisa ser definitiva, concreta e com efetividade.

Se o governo tem um plano, que ele seja implementado, porque é obrigação do Poder Executivo. Simples medidas temporárias, como rateios ou soluções paliativas por um ou dois meses, não resolverão o problema.



Não é responsabilidade de empresários nem da Assembleia Legislativa arcar com essas despesas, até porque já contribuem com impostos. A responsabilidade, neste momento, é do governo ou da iniciativa privada, e acredito que essa solução será efetivamente garantida pelo Executivo”, finalizou.

CHÁCARA À VENDA 15KM DE CUIABÁ

LINDA PROPRIEDADE COM 3 QUARTOS (2 SUÍTES), PISCINA, CHURRASQUEIRA, FOGÃO A LENHA, GALINHEIRO, CHIQUEIRO E TOTALMENTE CERCADA.



TEM INTERESSE?
R\$ 800 MIL – ACEITA PROPOSTA
FALE COM ELÍDIO: (65) 9 8471-6641

APARTAMENTO À VENDA

MOBILIADO, 2 QUARTOS, PRÓXIMO AO CPA E A APENAS 300M DO SHOPPING PANTANAL. ÓTIMA LOCALIZAÇÃO E ACABAMENTO DE PRIMEIRA!



TEM INTERESSE?
FALE COM ELÍDIO: (65) 9 8471-6641